

HABEAS CORPUS Nº 570.147 - SP (2020/0078364-8)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : PAULO SERGIO PISARA VICTORIANO
ADVOGADO : PAULO SÉRGIO PISARA VICTORIANO - SP133606
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUIZ FERNANDO CAVALCANTI FERNANDES PEREIRA
(PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUIZ FERNANDO CAVALCANTI FERNANDES PEREIRA em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O paciente foi condenado em primeira instância pela suposta prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/06 à pena de 5 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial fechado.

Assevera o impetrante que o paciente "é primário sem nenhuma mácula, possui conduta social irreprovável além de não pertencer a nenhuma organização criminosa" e que o Juízo de primeiro grau optou "na sentença por tolhir-lhe de qualquer benefício, e porque não dizer direitos contidos no § 4º do artigo 33 da Lei nº 11.343/06, e negou tal direito com uma fundamentação não idônea para o caso em tela." (fl. 4).

O impetrante requer a concessão da ordem liminar a fim de que seja revogada a prisão preventiva do paciente para aguardar em liberdade o julgamento do recurso de apelação, com a fixação de medidas cautelares diversas.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. **1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente